

Considerações históricas acerca da formação social portuguesa e do Serviço Social

Historical considerations on the Portuguese social formation and Social Work

Carlos Hortmann* 

Fabília Maciel** 

RESUMO

Este artigo enquanto ensaio crítico tem por objetivo apresentar algumas particularidades que constituem a formação económico-social de Portugal, no sentido de colaborar para um entendimento mais alargado de como o Serviço Social emergiu e se institucionalizou. Destacamos o facto deste país ter sido um Império Colonial por mais de quatro séculos; a entrada no capitalismo industrial forjando uma condição semiperiférica e dependente; o republicanismo anticlerical que conformou a Primeira República; o Estado Novo de cariz fascista que procurou responder ao somatório das crises capitalistas; bem como o papel estruturante da instituição Igreja Católica na longa duração histórica e sua singular função dentro das organizações do corporativismo salazarista. Nesse sentido, procuramos sinalizar como o Serviço Social foi hegemonicamente tutelado pelos interesses da Igreja e do salazarismo, a desenvolver um papel específico dentro da “ação social” em Portugal, bem como nas “políticas sociais” nas colónias, assinalando a importância da mulher na construção ideológica do regime.

Palavras-chave: Império Colonial; Estado Novo Salazarista; Igreja Católica; Serviço Social.

ABSTRACT

This article as a critical essay aims to present some particularities that constitute the economic and social formation of Portugal, in order to contribute to a broader understanding of how Social Work emerged and became institutionalized. We highlight the fact that it was a Colonial Empire for more than four centuries; the entry into industrial capitalism forging a semi-peripheral and dependent condition; the anticlerical republicanism that shaped the First Republic; the fascist Estado Novo that sought to respond to the sum of capitalist crises; as well as the structuring role of the institution Catholic Church in the long historical duration and its unique function within the organizations of Salazarist corporatism. In this sense, we seek to signal how Social Work was hegemonically protected by the interests of the Church and Salazarism, developing a specific role within “social action” in Portugal, as well as in “social policies” in the colonies, highlighting the importance of women in the ideological construction of the regime.

Keywords: Colonial Empire; Salazarist New State; Social Work; Catholic Church.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.89042>

*Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.

E-mail: cafso1@iscte-iul.pt.

**Universidade Aberta PT/Universidade Lusíada - CLISSIS, Lisboa, Portugal.

E-mail: fabricia.maciel@uab.pt.

Como citar: HORTMANN, C.; MACIEL, F. Considerações históricas acerca da formação social portuguesa e do Serviço Social. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, pp. 84-99, jan./abr., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.89042>.

Recebido em 28 de agosto de 2024.

Aprovado para publicação em 20 de setembro de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

Este artigo, enquanto um ensaio teórico-crítico, visa sinalizar alguns elementos históricos, que no nosso entender, se apresentam como decisivos na compreensão do processo de gênese e institucionalização do Serviço Social em Portugal, a partir de uma revisão bibliográfica, que procura evidenciar os debates historiográficos deste período, considerando determinadas particularidades de longa e média duração histórica que constituem a *formação social* (ou económico-social) lusitana.

Nossa concepção, em termos de teoria da história, ancora-se nas ideias fundamentais de que: os sujeitos coletivos fazem a sua “própria história”, contudo, estes não “escolhem” as condições materiais “sob as quais” a história é feita (Marx, 2011, p. 25); é necessário analisar os fenómenos históricos a partir de uma perspectiva de “longa duração” (BRAUDEL, 2014), a fim de captarmos os pontos de rutura e continuidade que vão propiciar as condições concretas em que o processo histórico *acontece*; a partir da expansão comercial da burguesia no final do século XIV e o processo de colonização das américas, sustenta-se a transição do capitalismo mercantil ao *modo de produção* e relação social capitalista e o mercado mundial, conformando-se enquanto uma *totalidade*, o que Wallerstein (2011) categorizou como “sistema mundo”, a partir das relações entre o centro e a periferia do capitalismo (Wallerstein, 2011). Ainda, em relação à reflexão posicional dos pesquisadores, aporta-se no pressuposto historiográfico benjaminiano, da necessidade de escovar a “história a contrapelo” (Benjamin, 2017, p. 13), a fim de evidenciar as contradições e estruturas sociais (de continuidade e descontinuidade) da ordem vigente.

O conteúdo do presente artigo está estruturado em três tópicos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro aborda a formação económico-social de Portugal a partir de uma perspectiva de longa duração; num segundo momento procuramos assinalar aspetos e acontecimentos quanto a História Contemporânea portuguesa; e por fim, analisamos as particularidades do Serviço Social neste país, tendo em vista a questão colonial e religiosa.

Longa duração histórica e a formação económico-social portuguesa

Quais são particularidades da *formação social* ou *económico-social*¹ lusitana desde o século XII? A primeira delas é o facto de manter estável as fronteiras territoriais desde 1297 até o tempo presente, mesmo no período da “União Ibérica” (1580-1640), visto

1 A formação social é uma categoria que “serve para ‘explicar [...] porque e como as sociedades mudam e se transformam’, reunindo a ‘existência da estrutura social e a sua historicidade, ou [...], a sua dinâmica interna de mudanças. [...] Este ponto de partida refere-se tanto ao processo ativo de formação da sociedade pelos humanos, como às formas sociais pré-existentes que constituíram as suas pré-condições” (Küttler, 2011, p. 229–230).

que se estruturou toda uma lógica de autonomia relativa para Portugal (Oliveira Marques, 1983, p. 157–158). Um pequeno território de “frente” para o oceano Atlântico, que no século XV esteve na vanguarda da expansão e circunavegação do capitalismo mercantil europeu, um império com aspirações “globais” (Boxer, 2011). A partir do século XVI torna-se precursor no processo de colonização das Américas, na criação do mercado de pessoas escravizadas, retiradas a força do continente africano (desde 1443), portanto, são os pioneiros na construção do que se denominou de *Antigo Sistema colonial* (Novais, 2018). Em síntese, Portugal no século XVI se estabelece como um império global/colonial, visto ter papel central nas rotas comerciais-marítimas, mas fundamentalmente no sistema escravista (tendo o monopólio da “escravidão moderna”) e colonial – só no século XVII os ingleses vão emergir como nova potência colonial.

Evidenciamos particularidades que entendemos serem fundantes do processo de formação social, entretanto, parece-nos necessário assinalar outros elementos: i) a aliança entre a coroa portuguesa e a classe burguesa mercantil, em ascensão, no financiamento das expedições, do conhecimento técnico-científico e toda a dinâmica da circunavegação e subsequente colonização da América (Pedreira, 2010; Schwartz, 2010, p. 25); ii) a Igreja Católica como *instituição* que está desde a formação do que hoje chamamos de Portugal continental e da coroa lusitana, com a dita “reconquista cristã”, ou seja, a expulsão dos muçulmanos do sul do território; a igreja enquanto legitimadora do projeto político e económico da expansão marítima (ex. decretos de Nicola V em 1456); o papel ativo que teve no processo de colonização e aculturação dos povos originários; a *inquisição* e a perseguição cristã aos judeus, chamados de “cristãos-novos” em território europeu; e, enunciadora da justificação ideológica da “escravidão moderna” de pessoas negras, mas também uma instituição escravista (Boxer, 2007, p. 45–53); etc.

Em sentido mais geral, na essência desses supracitados acontecimentos históricos, está a “dialética da modernidade”, como categorizou Enrique Dussel (1993), na célebre obra, *1492 O encobrimento do Outro*: “A Modernidade aparece quando a Europa se afirma como ‘centro’ de uma *História Mundial* que inaugura, e por isso, a ‘periferia’ é parte de sua própria definição” (Dussel, 1993, p. 7). Por outras palavras, o *colonialismo/colonização* (enquanto desdobramento do capitalismo mercantil e das “conquistas”) emerge como uma face da *modernidade* e também uma mudança de paradigma na história da humanidade, porque pela primeira vez “quase todas as civilizações” estão em contatos, substancialmente pela via da violência dominadora e colonial. A outra face desse movimento contraditório está no fator determinante que teve a comercialização dentro do “sistema colonial”, na transferência de riqueza da periferia (América e África) para o centro (Europa), pois, esse processo de acumulação por expropriação susteve as bases do capitalismo europeu, que pós-Revolução Industrial, consolidou-se enquanto *modo de produção e relação social* dominante.

No caso português, o seu pioneirismo e poder dos séculos XV e XVI entrou em declínio, vindo a ser substituído pelo grande e poderoso Império Colonial Inglês/Britânico (“onde sol nunca se põe”). Isto é, a forte decadência lusitana no século XVIII tem como consequência: passar a condição de “semicolônia”, um Estado-moderno “soberano” dentro da “monarquia constitucional”, mas economicamente e militarmente dependente (“*Tratado de Methuen*”) e “protegido” pela Inglaterra a partir do século XVIII/XIX. Tal condição se evidencia diante do “bloqueio continental” e no decurso da transferência/fuga da Corte Portuguesa para o Brasil, em finais de 1807, sendo escoltados pela marinha inglesa e com abertura dos portos às “nações amigas” (Inglaterra); bem como, pós-invasões napoleónicas, a reorganização do Exército português para lutar contra as forças ocupantes, esteve sob a tutela e administração dos britânicos – o *exército* se tornando uma *força institucional e política-armada* incontornável na formação social portuguesa desde então, até o 25 de Abril de 1974 (Bebiano, 1993; Norton, 1938, p. 15–39; Oliveira Marques, 1983, p. 408–409). O aumentar do grau de subordinação aos interesses do Império Colonial Inglês também repercutiu na política interna, dentro do contexto “neocolonização”, também denominado de “terceiro império colonial”, e no famoso *Ultimatum* britânico de 1890, com a consolidação da força política, especialmente nas zonas urbanas, do movimento republicano, que procurava direcionar suas críticas aos interesses da monarquia e oligarquia, como uma das causas do “subdesenvolvimento” e de um suposto “atraso” do Império português (Alexandre, 1979; Catroga, 2010; Lênin, 2021; Teixeira, 1990). Rosas sintetiza:

[...] sua particular situação semiperiférica de [um] país simultaneamente dependente e gerador de dependência, senhor de um império colonial arcaico, escassamente ocupado pelo colonizador e, por isso mesmo, alvo da cobiça por parte de grandes potências coloniais [e imperialistas] (Rosas, 2020, p. 21).

O que pretendemos salientar, enquanto ponto central e decisivo para contemporaneidade é que o lento e baixo “desenvolvimento” industrial metropolitano, nas dinâmicas do modo de produção capitalista que se consolidava como hegemónico, conduz a formação socioeconómica de Portugal para a supracitada condição de *semiperiferia*, dentro do sistema mundo e do comércio mundial em constituição. Inserindo-se na divisão internacional do trabalho com uma força laboral de baixíssima complexidade produtiva (pouco valor agregado). Portanto, a morosa transição do *antigo regime*, ainda hegemônica pela “classe senhorial” (Pereira, 1978, 1979b), para o modo de produção e relação social capitalista assentou-se numa economia agrícola (rural) e exportadora, sobretudo nas relações comerciais, subordinada e dependente a Grã-Bretanha, que, por exemplo, chegou a concentrar 60% do mercado externo lusitano (Pereira, 1979a, p. 20). Como império colonial português se inseriu no capitalismo?

A estrutura do Antigo Regime, onde o capitalismo comercial já existia, sucedeu-se uma estrutura socioeconómica capitalista, em que o sector motor não era a indústria, mas sim o comércio externo e a agricultura. Surgiu, pois, uma sociedade capitalista, que, por não se industrializar, vem a ficar num estágio de subdesenvolvimento em relação às potencialidades da época, ou seja em relação aos países onde ao desaparecimento do Antigo Regime sucedeu um capitalismo industrial. (Pereira, 1979a, p. 26)

Nesse esteio, é preciso sinalizar para três instituições de longa duração histórica, com força social, política, ideológica e armada, que tiveram um papel determinante na formação social de Portugal enquanto poder político, mas também como legitimadoras da ordem, tanto no *antigo regime* quanto no capitalismo (sob o comando da classe dominante: a burguesia e todas as suas frações de classe). Ressaltamos que essa não é nenhuma particularidade portuguesa, mas é uma floresta comum à *modernidade*, que apresentou diversas “árvores e frutos”. A *Monarquia* que durou quase oito séculos; a *Igreja Católica* que caminha para completar nove séculos a exercer uma força em Portugal; e o *Exército Moderno Português* com pouco mais de dois séculos (Bebiano, 1993, p. 253–257) – sendo este um poder, por vezes, rebelde (ex. “revolta republicana” de 1891), mas sobretudo como força moderadora e tuteladora dos regimes políticos até a *Revolução dos Cravos*.

Considerações sobre a História Contemporânea Portuguesa

Da Revolução Liberal de 1820, ocorrida no Porto, até a derrubada da realeza lusitana, temos o que Rosas (2020) classificou como “a longa agonia” do regime político “da monarquia constitucional”. Isto é, nesse ciclo da formação social e a referida condição em que Portugal marcha ao capitalismo (agrícola, dependente e hegemônico pela classe senhorial), “duas crises” de dimensão sociopolítica se atravessaram: a do “liberalismo oligárquico” e a da própria Monarquia. O cerne do problema é que “eles” acabaram por arcar o ônus do lento processo de industrialização e subdesenvolvimento, visto que a “incipiente burguesia industrial” só alcançou uma força relevante, *enquanto classe*, pós-crise de 1889-1890, quando conseguiu exercer uma pressão “de cima” para a mudança de regime político (Mendes, 1993; Rosas, 2020, p. 19–22; 2021, p. 20–21). Concomitante, a classe operária (industrial) e o proletariado urbano emergiram com força social substantiva. Com estes, as ideias e os movimentos anarquistas, sindicalistas, socialistas e comunistas alargaram a sua influência, com a “[...] massificação [urbana] da política despertava a consciência de classe [...]” e a *questão social* obtinha novos contornos (ROSAS, 2020, p. 23).

A simultaneidade entre a industrialização e urbanização possibilitou o aparecimento de outras franjas de classes, não pertencentes à burguesia mercantil ou industrial e à nobreza bragantina, como a pequena-burguesia, a dita “aristocracia operária” e os setores intermédios assalariados (ou ‘classe média’), ligadas essencialmente ao emergente “setor

dos serviços”: administração pública (operacionais e altos escalões), lojistas/comerciantes; advogados, médicos, engenheiros, professores e afins. Nesse contexto que o bloco social e político do *republicanismo* adquire forma e robustez, dirigido pelo Partido Republicano Português (PRP), que procurava responder e defender uma gama de interesses de diferentes classes, por vezes difusos e antagônicos, mas que viam no projeto político da república uma “esperança”, especialmente dos setores urbanos não-burgueses de melhorarem de vida e acederem socialmente. Do ponto de vista sociopolítico, o republicanismo se unificava a partir do antimonarquismo, anticlericalismo e anti-imperialismo britânico (Catroga, 2010).

No esteio das convergências e conflitos de interesses é que a Primeira (I) República Portuguesa nasceu, em 05 de outubro de 1910, derrubando “[...] a Monarquia pelas armas em Lisboa e nos seus arredores das margens norte e sul do Tejo” (Rosas, 2021, p. 15), salientando que a Igreja Católica “também caiu abraçada” a coroa portuguesa. Porém, o projeto republicano duraria apenas 16 anos, com 45 governos e com uma constante “instabilidade” política e governativa, tendo como reflexo a intensificação do conflito social. A perpetuação das crises económicas (orçamentária e inflacionária) e a subindustrialização (e dependência), foram sendo frustrados os paradigmas do “progresso” e modernização do projeto republicano (Rollo, 2021). Soma-se a entrada de Portugal, em 1917, na Primeira Guerra Mundial, e, em dezembro do mesmo ano sucede-se um golpe, seguido de uma ditadura militar liderada pelo major Sidónio Pais (com a “mística do líder forte”) – apoiado por alas republicanas, monárquicas e setores da burguesia lusitana.

A Revolução (política) Republicana trazia no seu núcleo uma disputa interna precedente. Sinteticamente, existia uma ala radical ou jacobina, que buscava levar o ideário positivista até ao seu limite, e, outro setor, categorizado de “moderado” ou conservador, com forte presença maçónica e de militares do Exército, mas que confluíam na sua política antioperária e vigorosamente repressiva com os movimentos operários organizados. Por outro lado, as intensas lutas da classe trabalhadora, possibilitaram conquistas mínimas como: o descanso semanal obrigatório; uma legislação que a “protegia” nos casos de acidentes de trabalho; moradias populares e “cozinhas económicas”; o Instituto de Seguros Sociais obrigatórios e de Previdência Geral etc. Em síntese, realizou-se uma “reforma administrativa” no Estado (Martins, 2010, P. 100–104; Samara, 2021).

À vista disso, no processo de “laicização do Estado”, a frente mais jacobina do republicanismo, teve forte impacto social e política com uma série de medidas retiraram poder clerical principalmente como: separar o Estado da Igreja Católica, com a extinção de ordens religiosas (ex. os jesuítas) e a desapropriação das mesmas; a criação de um Código Civil, legalizando o casamento civil e a possibilidade do divórcio; a proibição do ensino religioso nas escolas. Essa radicalidade foi explorada pelos antirrepublicanos transformando a “laicização do Estado” e da sociedade, de uma questão política numa “questão

religiosa”. Esta tática evidenciou uma divisão socioespacial em Portugal, pois, essas forças políticas buscaram mobilizar o “mundo rural” com a bandeira da “*defesa da religião*”, visto serem mais conservadores, religiosos e monárquicos. Em oposição ao “mundo urbano” e republicano, especialmente Lisboa, onde supostamente “reinavam” o ateísmo, os grevistas, anarquistas e comunistas. Entretanto, a “Nova República (pós-1919)”, procurando sobreviver, opta pela linha da conciliação e estabelece novas relações entre o Estado e a Igreja, especialmente no que tange às “missões coloniais” – o pensamento republicano era colonialista e assente no “nacionalismo imperial” (Castelo, 2010) – mas, a “questão religiosa” permanecerá latente na sociedade, mesmo após o golpe militar de 26 de maio de 1926, que derrotou a I República, vindo a ser um dos pilares do salazarismo (Neto, 2021; Rosas, 2020, p. 33–34).

Sobre os 48 anos de ditadura em Portugal (a mais longa da Europa), mais especialmente no período de 1933 até 1974, quando o Estado Novo se consolida enquanto “*forma estatal*”, há um largo debate sobre a natureza do regime político ser ou não *fascista*. Os autores charneiras dessa “polêmica” defendem, sinteticamente, de um lado, que se deve categorizar o *salazarismo* como “regime conservador e monopartidário” (Cruz, 1988). No caso de António Costa Pinto, admite que o regime autoritário tinha “inspiração [nos]fascismos”, contudo, afirma que o *corporativismo* do Estado Novo se fundamentaria nas “ideologias de terceira via” (Pinto, 1992, p. 123, 2016, p. 363). Por outro lado, Fernando Rosas trabalha com a tese de que o salazarismo deve ser categorizado como uma “[...] modalidade portuguesa do fascismo [...] um fascismo conservador” (Rosas, 2019, p. 253), como uma consequência de uma crise sistêmica de alta intensidade do capitalismo. Numa matriz “mais” lukacsiana, Manuel Loff compreende o fenômeno do fascismo como a internalização das “formas ideológicas do irracionalismo” numa escala alargada, resultado do que classifica como “*eurofascismo*” (Loff, 2008).

Os supracitados autores procuraram fazer uma caracterização dos elementos mais gerais e constitutivo do Estado Novo salazarista: o *corporativismo*, o *nacionalismo*, a *violência política*, a *censura*, o *líder forte*, o *partido único*. Mesmo que os qualifiquem e deem sentidos políticos distintos, ou, percebam-os como secundários, seletivos ou de menor intensidade, apontam genericamente tais particularidades. Nesse sentido, há um ponto consensual, que o salazarismo se sustentou em dois poderes fundamentais: nas *Forças Armadas* (Exército) e na *Igreja Católica*. No que tange a esta última instituição, de fulcral importância para o Serviço Social, outra controvérsia essencial surge acerca do tipo de relação que se estabeleceu entre a Igreja Católica e o Estado Novo (Rezola, 2021). Para Braga da Cruz (1999), a instituição eclesiástica teria uma relação de autonomia, mas de cooperação com o salazarismo, legalizado na Concordata de 1940. No entendimento de Costa Pinto (1992, 2016): “A estreita associação Igreja-Estado no Salazarismo ultrapassou bastante a mera convergência de interesses, podendo-se falar de um núcleo ideológico e político

comum Igreja-Regime [...]” (Pinto, 2016, p. 365), portanto, divergindo de Braga da Cruz (1999) no que concerne ao papel da Igreja Católica, apesar de defenderem uma categorização do salazarismo como um regime não-fascista. Nesse ponto, Costa Pinto (1992, 2016) se aproxima ligeiramente de Rosas (2019) e Loff (2008), mas por razões divergentes, porque para Costa Pinto a Igreja seria um dos “instrumentos de limitação à fascistização do regime” (Pinto, 2016, p. 361), para os outros autores, é um elemento constitutivo do “fascismo lusitano”.

É decisivo analisar tal relação numa perspectiva de longa duração e de *totalidade*, porque não é possível entender o projeto do Império Colonial lusitano (nas diferentes fases) e a pretensa “missão ‘civilizadora’ do colonialismo português” sem a função estruturante e singular da Igreja Católica nesse processo histórico (Jerónimo, 2010). Para Salazar, “civilizar” era sinónimo de *cristianizar*, visto que aparentava compreender, dentro da “mística imperial”, o papel determinante que a clerezia tinha na colonização e dominação, tanto que as “missões católicas portuguesas do ultramar” vão receber “verbas especiais” (Ministério das Colónias, 1933, p. 1915). À vista disso, a alta hierarquia católica procurou responder e se adaptar ao máximo aos interesses e às “novas” necessidades do Estado Novo, por vezes, agindo no sentido contrário às grandes teses do *Concílio Vaticano II*.

Conforme avança as lutas e guerras de libertação colonial em África, no pós-Segunda Guerra, o ditador fascista emprega um esforço em “acomodar” ideologicamente e legalmente o império decadente perante a conjuntura anticolonial, com o objetivo de “salvá-lo”, recorrendo mais especialmente ao “*lusotropicalismo*”, que teve a sua formulação mais “acabada” por Gilberto Freyre (Castelo, 2011). Essa “reinvenção” colonialista tinha uma dimensão económica, com a proposta de um “desenvolvimentismo tardo-colonial” tendo na prática poucas concretizações. Uma vez que a *guerra de libertação* (ou colonial) despoletava em 1961 e o *regime fascista* procurava responder com tropas no terreno, mas também uma política social de “bem-estar” tardo-colonial, com impacto significativo para o Serviço Social (Jerónimo, 2023). Portanto, nos parece incontornável pensar o Serviço Social na história portuguesa a partir da imbricação da *questão colonial e religiosa*.

Particularidades do Serviço Social Português: entre a Questão Colonial e a Religiosa

As referidas *grandes questões* possibilitam alargar as análises no que diz respeito ao significado social (ou à função social), institucionalização e legitimação desta profissão ao longo da história de Portugal e das contradições que lhes entrelaçam. Portanto, a “maneira e as condições como os países se posicionam na ordem global, suas dinâmicas internas de estruturação do Estado e das classes sociais são determinantes para a compreensão de institucionalização da profissão de Serviço Social nos diversos países” (Maciel, 2022, p. 3).

O processo de mundialização do modo de produção e relação social capitalista requer, por um lado, uma estrutura de formação qualificada para as exigências da mecanização e tecnologização da indústria; e, por outro, impõe a composição de profissões orientadas para o controle social e o disciplinamento da classe trabalhadora.

Os contornos e as especificidades da estruturação e da natureza histórica do Serviço Social em Portugal, sedimenta-se nos meandros da sua formação económico-social. De acordo com Martins (1995) é no contexto da I República (1910-1926), que a ala mais “jacobina” do republicanismo, comprometida com o anticlericalismo e com uma estratégia política definida de “laicização da sociedade portuguesa”, como sinalizamos anteriormente, procurou uma efetiva separação entre o Estado e a Igreja Católica. A exemplo, estabeleceu em 1911 uma lei que retirou a autoridade jurídica, expropriou bens móveis e imóveis da igreja e atacou ofensivamente a sua autonomia eclesiástica. Tal investida não aconteceu sem resistência do Patriarcado, que a partir de 1917 concebeu uma “organização político-religiosa”, resultando no partido Centro Católico Português (CCP), que interviria política e eleitoralmente em defesa das suas reivindicações católicas. Cabe destacar que, com a consolidação do Estado Novo fascista, o CCP foi reorganizado, para intervir de forma focalizado como braço assistencial e ideológico da Igreja, transformando-o em “Acção Católica Portuguesa” (Martins, 2010).

O republicanismo lusitano inspirou-se nos lemas da Revolução Francesa, agregou o *solidarismo* como uma direção política na organização do enfrentamento à pobreza, em contraponto à caridade e benevolência católica, sob grande influência da maçonaria. Neste sentido, destaca-se que:

[...] os republicanos tomam várias medidas sociais, que refletem uma certa sensibilidade perante a Questão Social, como seja a criação dos seguros sociais obrigatórios, as leis sobre arrendamento urbano, acidentes de trabalho e regulamentação dos horários de trabalho e o reconhecimento de alguns direitos, como o de associação, a greve, do ensino obrigatório, gratuito e neutro e o direito a assistência (Martins, 1995, p. 25).

Sumariamente, na I República a Assistência Pública foi influenciada pelo sistema Alemão “*Elberfeld*”, o “*Charity Organization Society*” (COS) e os “*settlements*”, em que se procurou reorganizar os serviços com ênfase na promoção social; na descentralização, ainda a cargo das Juntas de Paroquia; ainda numa incipiente promoção de formação laica para o trabalho no plano social. Entretanto, conservou-se a estratégia de classificar e distinguir os pobres, desconsiderando a assistência como um direito de todos aqueles que dela necessitava. Por sua vez, foi instituído o Fundo Nacional de Assistência; as Tutorias de Infância; bem como a Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças, com a criação dos Delegados de Vigilância. É neste contexto que Martins (2010) evidencia

alguns marcadores no que tange à *gênese* do Serviço Social em Portugal, ao distinguir aspectos relevantes que anunciam as *protoformas* desta profissão, para em seguida diferenciar o que denomina de sua *institucionalização*.

Identificamos que o projeto político republicano abriu uma conjuntura propícia para a emergência do Serviço Social português e a sua materialização com algumas práticas assistenciais, contudo, não houve a criação de Escolas de formação profissional na I República. Deste modo, até meados dos anos de 1930, as atividades de ‘ação/assistência social’ em Portugal foram realizadas, substancialmente, por meio da filantropia e da caridade, principalmente vinculadas à igreja católica, não tendo o Serviço Social alcançado o *status* de profissão. Consensualiza-se que a *institucionalização* da profissão se concretiza entre os anos de 1930 a 1950, portanto, dentro do período salazarista. Como procuramos sinalizar, é o momento em que a Igreja e o Estado Novo estão unidos estruturalmente em prol do mesmo projeto político, que circunscreviam os instrumentos de controle social apoiados no *corporativismo* disciplinador do trabalho e, ao mesmo tempo, na *regulação autoritária da economia* (Martins, 2021). Nesse sentido, num recente estudo, Castelo (2024) ressalta que:

O sistema corporativo erigido pelo Estado Novo em Portugal, destinado a neutralizar a tensão laboral e a garantir a paz social, é considerado um dos principais pilares do regime, contribuindo para a sua consolidação e longevidade. Na base da estrutura corporativa, as Casas do Povo (grifo nosso) eram órgãos especiais corporativos congregando trabalhadores agrícolas e proprietários (CASTELO, 2024, p. 16, apud. Freire e Ferreira, 2019, p. 32).

Assim sendo, corroboramos com categorização de Loff (2008) e Rosas (2019) do regime salazarista como “fascista”, pois, no seu cerne estava a repressão violenta aos movimentos operários, sindicais e partidos, que coibiu e prendeu todos/as que colocavam em “risco” a suposta “paz social”. Criou táticas na metrópole e nas colônias com o objetivo de manutenção do poder político e econômico, sustentados nos dois pilares referidos; nos princípios conservadores da família enquanto célula-base da sociedade em que a mulher era submetida à rígida hierarquia de poder e autoridade (seja do marido, pais ou irmãos); e, neste sentido, também na divisão social e sexual do trabalho com a definição de funções sociais que se delineavam para a afiançar o regime.

Assinala Castelo (2024) que as *Casas do Povo*² edificadas a partir do ano de 1933 se constituíam como “corpos sociais interclassistas e cooperativos com personalidade jurídica

2 Cabe aprofundamento da relação entre o Serviço Social e a função social das Casas do Povo, tanto na metrópole quanto nas colônias, com preponderante atuação no “[...] controlo social, o reforço dos papéis de género na tradição católica e patriarcal e a doutrinação da comunidade na defesa do domínio português.” (Castelo, 2024, p. 19).

ca”, delineadas para fazer frente em três significativas valências: i) previdência e assistência; ii) instrução, desporto e lazer; iii) melhoramentos locais. No referido estudo sobre colonialismo tardio, as Casas do Povo e a “promoção social” em Angola, a historiadora afirma que: “O *serviço social* [grifo nosso] era assegurado por uma assistente de família que dava aulas de costura, de educação doméstica, de higiene e de puericultura” (Castelo, 2024, p. 16,18).

Nas palavras de Ferreira (2024) “A família era o símbolo da estabilidade institucional, do vigor moral, o lugar de transmissão de costumes e tradições, com os quais se afirmava a identidade da Nação” (Ferreira, 2024, p. 184). As mulheres deveriam se dedicar ao espaço doméstico, aos cuidados da casa, à educação dos filhos e dos idosos, sendo cerceadas do exercício de algumas profissões, como por exemplo o direito, a diplomacia, a carreira militar, dentre outras, ou sujeitas a aprovação/autorização para exercer profissões como enfermagem, docência e telefonista.

Neste seguimento é relevante ressaltar que a formação em Serviço Social³, até os anos de 1960, era obrigatoriamente destinada às mulheres de famílias com rendimentos médios e altos (ou “elites femininas”), em que a profissionalização se assentava em cariz conservador, médico-assistencialista, higienista, moralizante, de vigilância e controle da pobreza e dos pobres. Segundo Casquilho-Martins e Sousa (2024, p.4), as primeiras iniciativas sociais emergiram dos movimentos higienistas, da medicina social e de influências religiosas e morais durante a ditadura, sendo uma profissão feminina e consoante ideologicamente com o modelo político do Estado Novo.

Portanto, um grupo seletivo de mulheres de segmentos médios ocuparam um *papel* fundamental no Regime que, por meio da “ação social”, contribuiu para a reprodução social de uma matriz de sociabilidade patriarcal, tradicionalista e antifeminista no propósito de sedimentar a formação da “consciência nacional”.

O antifeminismo fez parte da ideologia do Estado Novo, pois o feminismo era considerado como um atentado à moral e à família. A emancipação da mulher era vista como um indício de desmoralização moral e social do país, pelo que as associações feministas que tinham surgido durante a República começaram a ser perseguidas, até a sua completa dissolução (Ferreira, 2024, p. 194).

Os caminhos delineados a partir da década de 1950 com a intenção de intensificar a industrialização e a urbanização passaram a ser projetados, ajustando o campo de atuação

3 Em Portugal, a primeira escola de Serviço Social – Instituto de Serviço Social – foi criada em 1935 pelo Patriarcado de Lisboa, cuja doutrina católica e da caridade cristã orientava a formação de mulheres. Em 1937 foi criada a Escola Normal Social em Coimbra, pelas Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria. Ambas as escolas tiveram influência das correntes francófonas do Serviço Social (Casquilho-Martins; Sousa, 2024, p. 5).

das profissionais do Serviço Social. Foram acionadas novas referências teóricas e metodológica para a formação profissional, com relevância para a tendência estadunidense de base positivista de cariz conservador⁴. A obra *Diagnóstico Social*, de Mary Richmond de 1917 (2008), adquire relevância em Portugal, pois vem reforçar os princípios do individualismo, do ajustamento e enquadramento social das pessoas consideradas “desviadas”, “delinquentes” etc. Oferecendo uma gramática de aparente cientificidade para os esforços de “modernização conservadora” que o regime salazarista procurava levar a cabo, em várias dimensões do Império Colonial português, em decadência.

Resumidamente, perpassaram a década de 1960 em Portugal movimentos de elevada representatividade social, com a intensificação da Guerra Colonial (ou de Libertação), crise económica, emigração massiva, as grandes mobilizações estudantis, a pressão internacional pela independência das colónias; o aumento da participação das mulheres nas lutas antifascista e anticolonial e no mundo laboral. No que tange ao Serviço Social, este foi reconhecido como curso superior, entretanto, ainda não universitário, aos homens foi possibilitado o ingresso nesta formação, dentre outras alterações na história da profissão.

Com enfraquecimento do Estado Novo, uma ligeira tentativa de abertura do regime, a “*primavera marcelista*” entre 1968-1970, contribuiu para que vertentes mais “progressistas” das ciências sociais adentrassem a setores do Serviço Social na metrópole. Todavia, nas colónias, o reacionarismo fascista e corporativista (Casa do Povo), “[...] devia assegurar o controlo social, o reforço dos papéis de género na tradição católica e patriarcal e a doutrinação da comunidade na defesa do domínio português” (Castelo, 2024, p. 19). Salientamos que é importante não perder de vista o modo como a profissão das/dos assistentes sociais insere-se neste processo histórico que buscamos brevemente esboçar.

Considerações finais

Procuramos circunscrever o que distingue e particulariza a gênese e a institucionalização do Serviço Social em Portugal, demarcando os elementos constitutivos da formação socioeconómica que identificamos serem mais relevantes para a profissão. Nesse sentido, cabe entender que o país adentrou às primeiras décadas do século XX na condição de capitalismo semiperiférico e dependente, ao mesmo tempo em que perdurava o decadente Império Colonial, politicamente transitando da “monarquia constitucional” para República, chegando ao regime de cariz fascista. Portanto, as dinâmicas e percursos da parca industrialização - assente numa estrutura econômica e social agrícola/rural, aquiescendo uma sociedade de trabalhos precários, baixos salários, escassa escolarização, mínima ou inexistente cobertura de serviços sociais públicos -, das vagas de urbanização e das “mis-

4 Caberá noutro ensaio o aprofundamento acerca das matrizes teóricas que fundamentaram e fundamentam o Serviço Social português, tendo em conta suas bases filosóficas, sociológicas e políticas.

sões civilizadoras” do projeto colonial lusitano até os anos setenta, bem como a função estruturante e o poder da Igreja no Estado Novo, configuram singularidades determinantes para institucionalização do Serviço Social.

No contexto de escassez generalizada, ausências de proteção social e injustiças de diversas ordens, o republicanismo acende a esperança da sociedade com a “promessa” de superar a dependência e o subdesenvolvimento, com limitado fôlego. Pois, a incapacidade de enfrentar as expressões da *Questão Social* na sua essência e o forte enraizamento das instituições de longa duração, expos contradições e um somatório de crises sociais e económicas de alta intensidade, que fez a classe dominante portuguesa recorrer a uma ditadura militar e depois ao fascismo salazarista. Neste esteio, a “legitimidade conferida pela ditadura ao Serviço Social não foi questionada até aos anos de 1950, salvo raras exceções” (Martins, 2021, p. 348). Não obstante, as contradições e resistências de alguns profissionais do Serviço Social, a direção teórica, as ideias e os processos metodológicos e operativos desta profissão se constituíram em coerência e ancorados nos fundamentos do projeto do Estado Novo e capitalista, mas dirigidos politicamente pela hierarquia da Igreja Católica portuguesa. Além disso, destacamos como o salazarismo e o Patriarcado mobilizaram e centralizaram os “papeis tradicionais” da mulher na manutenção do regime, o que também impacta o Serviço Social.

No caso português, entendemos que desde a gênese da profissão até o 25 de Abril de 1974, é substancial situar o movimento constitutivo do Serviço Social tanto na sua dimensão metropolitana quanto na tardo-colonial, com especificidades no que tange às expressões da *questão social* e as formas de intervir socialmente em cada realidade.

Contribuições: ambos os autores trabalharam na elaboração, análise e versão final do artigo.

Agradecimentos: não se aplica.

Agência financiadora: não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: não se aplica.

Conflito de interesses: não se aplica.

Referências

ALEXANDRE, V. *Origens do Colonialismo Português Moderno 1822-1891*. Lisboa: Sá da Costa, 1979.

BEBIANO, R. Organização e o papel do Exército. Em: TORRALBA, L. R.; ROQUE, J. L. (Eds.). *História de Portugal*. 5: O liberalismo 1807 - 1890. Lisboa: Estampa, 1993. v. 5p. 253–263.

- BENJAMIN, W. *O anjo da história*. Tradução: João Barrento. Lisboa: Assírio & Alvim, 2017.
- BOXER, C. R. *A Igreja Militante e a Expansão Ibérica: 1440-1770*. Tradução: Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BOXER, C. R. *O império marítimo português 1415 - 1825*. Tradução: Inês Silva Duarte. 2. ed. Lisboa: Ed. 70, 2011.
- BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. Tradução: J Guinsburg; Tradução: Tereza Cristina Silveira da Mota. 3. ed. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- CASTELO, C. O nacionalismo imperial no pensamento republicano. Em: SARDICA, J. M. (Ed.). *A primeira república e as colónias portuguesas*. Lisboa: CEPCEP - Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2010. p. 29–47.
- CASTELO, C. “O modo português de estar no mundo”: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933 - 1961). 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2011.
- CASTELO, C. Promoção social em Angola no colonialismo tardio: circulação, controvérsia, convergência. *Análise Social*, v. 59, n. 250, p. 5–28, 15 mar. 2024.
- CATROGA, F. *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de outubro de 1910*. 3. ed. Alfragide: Casa das Letras, 2010.
- CRUZ, M. B. DA. *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Presença, 1988.
- CRUZ, M. B. DA. *O Estado Novo e a Igreja Católica*. 2. ed. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1999.
- DUSSEL, E. *1492 - O Encobrimento Do Outro: a Origem do Mito da Modernidade*. Tradução: Jaime Clasen. Petropolis - RJ: Editora Vozes, 1993.
- FERREIRA, A. S. O 25 de Abril e as mulheres: uma Revolução incompleta? Em: LOFF, M.; CARDINA, M. (Eds.). *25 de Abril. Revolução e Mudança em 50 Anos de Memória*. Lisboa: Tinta-da-China, 2024. p. 183–214.
- JERÓNIMO, M. B. *Livros brancos, almas negras: a “missão civilizadora” do colonialismo português (c.1870-1930)*. 1ª ed. Lisboa: Impresa de Ciências Sociais, 2010.
- JERÓNIMO, M. B. As políticas do “bem-estar” no império português em África (Anos 1960). *Varia Historia*, v. 39, n. 81, p. e23314, dez. 2023.
- KÜTTLER, W. Social Formation. *Historical Materialism*, v. 19, n. 4, p. 229–237, 2011.
- LÊNIN, V. I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio de divulgação ao público*. Tradução: Paula Vaz De Almeida. São Paulo, SP: Boitempo, 2021.
- LOFF, M. *O nosso século é fascista! O mundo visto por Salazar e Franco, 1936-1945*. Porto: Campo das letras, 2008.
- MACIEL, F. *A formação e a profissão do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho: dilemas intrínsecos ao PEP*. Em: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA

SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL. Londrina: UEL, 2022. Disponível em: <<https://anais.uel.br/portal/index.php/conserdigeo/article/view/2509/2251>>

MARTINS, A. M. DE C. Gênese, emergência e institucionalização do serviço social português: a escola normal social de Coimbra. *Intervenção Social*, n. 11–12, p. 17–34, 1995.

MARTINS, A. M. DE C. *Gênese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*. 2ª ed. Lisboa: Encadernação Progresso, 2010.

MARTINS, A. M. DE C. Processo de renovação do Serviço Social Português nos anos 1970 na perspectiva histórico-crítica. Em: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. DOS (Eds.). *A história pelo avesso: a reconceitualização do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2021.

MARX, K. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MENDES, J. A. Etapas e limites da industrialização. Em: TORRALBA, L. R.; ROQUE, J. L. (Eds.). *História de Portugal*. 5: O liberalismo 1807 - 1890. Lisboa: Estampa, 1993. v. 5p. 355–367.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS. *Decreto-lei 23228*. Carta Orgânica do Império Colonial Português. . 15 nov. 1933, p. 1892–1915.

NETO, V. A questão religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade sócio-religiosa. Em: ROLLO, M. F.; ROSAS, F. (Eds.). *História da Primeira República Portuguesa*. 3.a ed ed. Lisboa: Tinta da China, 2021. p. 129–147.

NORTON, L. *A Corte de Portugal no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

NOVAIS, F. A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)*. 8. ed. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2018.

OLIVEIRA MARQUES. *História de Portugal*. 9ª ed. Lisboa: Palas Editores, 1983. v. 2

PEDREIRA, J. M. Custos e tendências financeiras do Império Português, 1415-1822. Em: BETHENCOURT, F.; CURTO, D. R. (Eds.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lugar da história. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 53–91.

PEREIRA, M. H. «Decadência» ou subdesenvolvimento: uma reinterpretação das suas origens no caso português. *Análise Social*, v. 14, n. 53, p. 7–20, 1978.

PEREIRA, M. H. *Política e Economia (Portugal nos séculos XIX e XX)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1979a.

PEREIRA, M. H. *Revolução, Finanças, Dependência externa*. (De 1820 à convenção de Gramido). Lisboa: Sá da Costa, 1979b. v. I

PINTO, A. C. *O Salazarismo e o fascismo europeu: problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Estampa, 1992.

PINTO, A. C. *Os camisas-azuis: Rolão Preto e o fascismo em Portugal*. Porto Alegre: Edipucrs, 2016.

REZOLA, M. I. A Igreja Católica nas origens do salazarismo. *Locus: Revista de História*, v. 18, n. 1, 2021.

RICHMOND, M. E. *Diagnóstico Social*. Madrid: Siglo XXI, 2008.

ROLLO, M. F. Paradigmas frustrados: perseguição e fuga da modernidade e do progresso. Em: ROLLO, M. F.; ROSAS, F. (Eds.). *História da Primeira República Portuguesa*. 3.ª ed. Lisboa: Tinta da China, 2021. p. 225–242.

ROSAS, F. *Salazar e os fascismos*. Lisboa: Tinta da China, 2019.

ROSAS, F. Os quatro Regimes. Em: *O Século XX Português - Política, economia, sociedade, cultura, império*. Lisboa: Tinta-da-China, 2020.

ROSAS, F. A crise do liberalismo oligárquico em Portugal. Em: ROLLO, M. F.; ROSAS, F. (Eds.). *História da Primeira República Portuguesa*. 3.ª ed. Lisboa: Tinta da China, 2021. p. 15–26.

SAMARA, M. A. A questão social: à espera da “Nova Aurora”. Em: ROLLO, M. F.; ROSAS, F. (Eds.). *História da Primeira República Portuguesa*. 3.ª ed. Lisboa: Tinta da China, 2021. p. 149–167.

SCHWARTZ, S. B. A Economia do Império Português. Em: BETHENCOURT, F.; CURTO, D. R. (Eds.). *A expansão marítima portuguesa, 1400-1800*. Lugar da história. Lisboa: Edições 70, 2010. p. 21–51.

TEIXEIRA, N. S. *Ultimatum Inglês - Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890*. Sintra: Alfa, 1990.

WALLERSTEIN, I. M. *The modern world system*. 1: Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 2011.